

**RE: Solicitação de Esclarecimento - PE 27/2021 Ministério da Economia**

Central Licitação <central.licitacao@economia.gov.br>

Sex, 29/10/2021 12:17

Para: Franklin Mota <ascom@daten.com.br>

Cco: Ronald Luís Silva Siqueira <ronald.siqueira@economia.gov.br>; Central Tecnologia <central.tecnologia@economia.gov.br>

Prezado,

Seguem abaixo respostas aos seus questionamentos. Elas estarão disponíveis ainda no Sistema de Compras.

**Pergunta 01:** Para o Processador é solicitado

***“TDP (Thermal Design Power) mínimo: 25W”***

Considerando que a tendencia do mercado é desenvolver Processadores com baixo consumo de energia, proporcionando mais autonomia para a bateria e aumentando a vida útil do equipamento como um todo. Entendemos que serão aceitos processadores atendendo todas as exigências do Edital com TDP mínimo de 12W. Está correto nosso entendimento?

**RESPOSTA: O entendimento NÃO está correto.**

**Pergunta 02 – No quesito AMOSTRA:**

**8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**8.5.3 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação.**

-

O enunciado acima menciona que exigira amostra, contudo, o prazo é extremamente exíguo – **5 (cinco) dias úteis**. Ponderando que os equipamentos a serem ofertados necessitam ter a sua configuração baseada nas exigências constantes em cada procedimento licitatório, e levando-se em conta a demora no transporte destes produtos, uma vez que na maioria dos casos, a fábrica dos equipamentos não fica localizada no mesmo Estado onde as amostras devem ser entregues, entendemos que o prazo de entrega possa ser fixado em **7 (sete) dias úteis**. Nosso entendimento está correto?”

**R. O prazo é o estabelecido em edital, ou seja, 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação. Todavia, caso o licitante, ao ser convocado para o envio de amostra, considere o prazo insuficiente, deverá manifestar-se, solicitando ao pregoeiro, motivadamente, a prorrogação do prazo. O pregoeiro, caso considere a motivação válida, prorrogará o prazo, informando no chat da sessão pública.**

**Pergunta 03 – No quesito ENTREGA EM DIFERENTES ESTADOS, o Termo de Referência do Edital determina o seguinte:**

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – PAUTA DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA POR UASG**

ID	UASG	Município/UF de Entrega	ITEM 1
1	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	Natal/RN	30
2	250042 - HOSPITAL GERAL DE BONSUCESSO	Rio de Janeiro/RJ	10
3	344042 - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	Rio de Janeiro/RJ	30
4	150182 - PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	Niterói/RJ	300
5	160445 - HOSPITAL DA GUARNICAO DE FLORIANOPOLIS	Florianópolis/SC	5
6	160232 - 13 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO	Ponta Grossa/PR	5
7	254445 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	Rio de Janeiro/RJ	50
8	254474 - CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE - AM	Manaus/AM	30
9	158139 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	Campos dos Goitacazes/RJ	6
10	153287 - FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENC. HUMANAS/UFGM	Belo Horizonte/MG	20
11	154040 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB	BRASILIA/DF	80

-

Desde o dia 1º de janeiro de 2016, o comércio de produtos destinados ao consumidor final, entre Estados da Federação, passou a contemplar a diferença entre a alíquota de ICMS interestadual e a alíquota interna do Estado de destino, sendo esta última dividida entre o Estado de origem e o Estado de destino. Para o ano de 2016, estabeleceu-se a razão de 40% para o Estado de destino e 60% para o Estado de origem, e para 2017, ficou definida a inversão dessa proporção (60% para o Estado de destino e 40% para o Estado de origem), para 2018 estabeleceu-se a razão de 80% para o Estado de destino e 20% para o Estado de origem e para 2019 o Estado de destino ficará com 100%. Desta forma, a tributação de microcomputadores e notebooks varia conforme o Estado de origem da empresa licitante, e o Estado de destino de cada órgão participante. Portanto, o valor do produto faturado da Bahia para o Rio de Janeiro é diferente do valor do mesmo produto faturado da Bahia para o Paraná. Considerando que o **Pregão Eletrônico nº 27/2021** tem por objeto um Registro de Preços não havendo, portanto, o compromisso de aquisição de cada órgão participante, e considerando que há órgãos participantes em praticamente todos os Estados da Federação, não possível estabelecer um preço único ponderado pelas quantidades que serão enviadas a cada UF. Alie-se a isto, a diferença de tributação dos custos de logística associados ao destino dos equipamentos; por exemplo, o custo de envio de equipamentos para Roraima, Amazonas, Acre etc, representa mais do que o dobro do custo de envio dos mesmos equipamentos para centros como Brasília, São Paulo etc. Vale dizer, ainda, que o custo de atendimento em garantia naquelas localidades é bem maior do que nos demais centros. Sugerimos, portanto, que os órgãos participantes sejam agrupados por Estado, e que a licitação seja dividida em grupos por Estado de destino aproveitando, desta forma, os melhores preços para locais com menor tributação e cuja logística tenha custos inferiores.

**RESPOSTA:** Conforme registrado no ETP, pode se verificar claramente que a centralização na aquisição de equipamentos de TIC é uma diretiva adotada internacionalmente em função da possibilidade do ganho de escala para produtos dessa natureza, além dos benefícios atinentes à alocação mais eficiência dos recursos.

Portanto, em nossa avaliação e pelo que foi exposto no ETP, não é possível afirmar que essa separação traga preços mais vantajosos para a Administração, uma vez que o presente processo de compra claramente possui os mecanismos adequados de promoção da redução do preço final por meio do alcance do ganho de escala, assim como da prevenção da ocorrência de distorções de preços em função da localidade dos diferentes órgãos. Assim, busca-se evitar a ineficiência alocativa deriva de distorções de preços justamente ocasionada pela não utilização do poder de compra do Estado, premissa fundamental para atuação desta Central de Compras.

Por fim, informa-se que o mérito em relação a não segmentação em regiões foi devidamente avaliado em sede planejamento da contratação considerando o potencial de economia decorrente do ganho de escala e o risco atinente a distorções de preços bem como da

**não centralização da compra. Ainda assim, repisa-se o alinhamento da presente contratação ao disposto na Súmula nº 247 do TCU que versa sobre o parcelamento do objeto, desde que não haja perda de economia de escala.**

#### **04 – No quesito ENDEREÇO PARA ENTREGA:**

O edital não informa o endereço para entrega dos equipamentos. Podem nós informar?

**R.: Na planilha da pauta de distribuição, que integra o Termo de Referência, informamos os municípios de entrega para que os licitantes possam analisar a viabilidade de ofertar propostas para o item em disputa. Todavia, o endereço da entrega será informado pelos respectivos órgãos/ entes participantes, quando da assinatura das atas e/ou emissão da Ordem de Serviço/ Ordem de Fornecimento de Bens.**

#### **Pergunta 05 - No quesito da DOCUMENTAÇÃO:**

O edital não informa o prazo do envio da documentação original. Podem nos informar?

**R. Conforme edital, toda a documentação deverá ser encaminhada em meio eletrônico, com as devidas certificações, por meio do Sistema de Compras do Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)). Não será necessário o envio de originais impressos.**

#### **Pergunta 06 – No quesito EM RELAÇÃO AOS DOCUMENTOS ORIGINAIS:**

Considerados os relevantes fundamentos lançados antes, esse órgão permitirá, com base na validade reconhecida para a assinatura eletrônica em todos os âmbitos (inclusive no processo judicial eletrônico) e também nos dispositivos e na expressa previsão de racionalização de procedimentos administrativos da Lei 13.726/2018, que as licitantes interessadas nesse Pregão Eletrônico apresentem suas propostas técnicas, de preços e demais documentação, pela via eletrônica, desde que assinada digitalmente através da estrutura de chaves pública e privada, dispensando a apresentação desses mesmos documentos pelo meio físico (de papel)?

**R. Conforme edital, toda a documentação deverá ser encaminhada em meio eletrônico, com as devidas certificações, por meio do Sistema de Compras do Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).**

#### **Pergunta 07 - No quesito da Nota Fiscal?**

O atual processo lícita os componentes CPU, Monitor, Teclado e Mouse de forma conjunta (único item). Considerando que os citados componentes possuem diferentes classificações fiscais e diferentes tributações, obedecendo o determinado pelo Artigo 413 Inciso IV do regulamento de IPI Decreto 7.212/2010, entendemos que será permitido a emissão da nota fiscal destacando cada componente separadamente permitindo que seja aplicada a classificação fiscal e tributação de cada item separadamente, sendo a soma total dos itens correspondente ao valor do item licitado. Está correto nosso entendimento?

**R. O entendimento NÃO está correto. A licitação é para a aquisição de notebooks de alto desempenho, ou seja, do equipamento completo, incluindo os componentes listados no Termo de Referência, e não de suas peças isoladamente. Desta forma, deverá ser emitida uma nota fiscal única para o equipamento, utilizando o enquadramento tributário referente a ele e não aos seus componentes.**

**Pergunta 08:** Solicitamos que seja disponibilizado o Edital em forma editável, assim, facilitando a licitante na preparação da proposta.

**R. Os documentos do Ministério da Economia, inclusive os editais e anexos. são elaborados por meio do Sistema SEI, de modo que não existe uma versão em doc, por exemplo. Todos esses documentos estão disponíveis no Compras e no site do ME: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/2021/pregao-eletronico-srp-27-2021-central-de-compras-uasg-201057>**

Atenciosamente.

Rafaella Cristina Teixeira Penedo  
Pregoeira  
CGLIC/CENTRAL/SEGES/SEDGG  
Ministério da Economia  
[gov.br/economia](https://www.gov.br/economia)

---

**De:** Franklin Mota <[ascom@daten.com.br](mailto:ascom@daten.com.br)>

**Enviado:** quinta-feira, 28 de outubro de 2021 16:41

**Para:** Central Licitação <[central.licitacao@economia.gov.br](mailto:central.licitacao@economia.gov.br)>

**Cc:** Josiane Santana <[analise@daten.com.br](mailto:analise@daten.com.br)>; Igor Santana <[analise\\_1@daten.com.br](mailto:analise_1@daten.com.br)>

**Assunto:** Solicitação de Esclarecimento - PE 27/2021 Ministério da Economia

Prezados,

Seguem nosso pedido de esclarecimento para o PE 27/2021:

**Pergunta 01:** Para o Processador é solicitado

***“TDP (Thermal Design Power) mínimo: 25W”***

Considerando que a tendencia do mercado é desenvolver Processadores com baixo consumo de energia, proporcionando mais autonomia para a bateria e aumentando a vida útil do equipamento como um todo. Entendemos que serão aceitos processadores atendendo todas as exigências do Edital com TDP mínimo de 12W. Está correto nosso entendimento?

**Pergunta 02 – No quesito AMOSTRA:**

#### **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**8.5.3 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação.**

-

O enunciado acima menciona que exigira amostra, contudo, o prazo é extremamente exíguo – **5 (cinco) dias úteis**. Ponderando que os equipamentos a serem ofertados necessitam ter a sua configuração baseada nas exigências constantes em cada procedimento licitatório, e levando-se em conta a demora no transporte destes produtos, uma vez que na maioria dos casos, a fábrica dos equipamentos não fica localizada no mesmo Estado onde as amostras devem ser entregues, entendemos que o prazo de entrega possa ser fixado em **7 (sete) dias úteis**. Nosso entendimento está correto?”

**Pergunta 03** – No quesito **ENTREGA EM DIFERENTES ESTADOS**, o Termo de Referência do Edital determina o seguinte:

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – PAUTA DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA POR UASG**

ID	UASG	Município/UF de Entrega	ITEM 1
1	158369 - INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	Natal/RN	30
2	250042 - HOSPITAL GERAL DE BONSUCESSO	Rio de Janeiro/RJ	10
3	344042 - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	Rio de Janeiro/RJ	30
4	150182 - PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	Niterói/RJ	300
5	160445 - HOSPITAL DA GUARNICAO DE FLORIANOPOLIS	Florianópolis/SC	5
6	160232 - 13 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO	Ponta Grossa/PR	5
7	254445 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	Rio de Janeiro/RJ	50
8	254474 - CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE - AM	Manaus/AM	30
9	158139 - INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.FLUMINENSE	Campos dos Goitacazes/RJ	6
10	153287 - FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENC.HUMANAS/UFMG	Belo Horizonte/MG	20
11	154040 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB	BRASILIA/DF	80

Desde o dia 1º de janeiro de 2016, o comércio de produtos destinados ao consumidor final, entre Estados da Federação, passou a contemplar a diferença entre a alíquota de ICMS interestadual e a alíquota interna do Estado de destino, sendo esta última dividida entre o Estado de origem e o Estado de destino. Para o ano de 2016, estabeleceu-se a razão de 40% para o Estado de destino e 60% para o Estado de origem, e para 2017, ficou definida a inversão dessa proporção (60% para o Estado de destino e 40% para o Estado de origem), para 2018 estabeleceu-se a razão de 80% para o Estado de destino e 20% para o Estado de origem e para 2019 o Estado de destino ficará com 100%.

Desta forma, a tributação de microcomputadores e notebooks varia conforme o Estado de origem da empresa licitante, e o Estado de destino de cada órgão participante. Portanto, o valor do produto faturado da Bahia para o Rio de Janeiro é diferente do valor do mesmo produto faturado da Bahia para o Paraná. Considerando que o **Pregão Eletrônico nº 27/2021** tem por objeto um Registro de Preços não havendo, portanto, o compromisso de aquisição de cada órgão participante, e considerando que há órgãos participantes em praticamente todos os Estados da Federação, não possível estabelecer um preço único ponderado pelas quantidades que serão enviadas a cada UF. Alie-se a isto, a diferença de tributação dos custos de logística associados ao destino dos equipamentos; por exemplo, o custo de envio de equipamentos para Roraima, Amazonas, Acre etc, representa mais do que o dobro do custo de envio dos mesmos equipamentos para centros como Brasília, São Paulo etc. Vale dizer, ainda, que o custo de atendimento em garantia naquelas localidades é bem maior do que nos demais centros. Sugerimos, portanto, que os órgãos participantes sejam agrupados por Estado, e que a licitação seja dividida em grupos por Estado de destino aproveitando, desta forma, os melhores preços para locais com menor tributação e cuja logística tenha custos inferiores.

**Pergunta 04** – No quesito **ENDEREÇO PARA ENTREGA**:

O edital não informa o endereço para entrega dos equipamentos. Podem nós informar?

**Pergunta 05** - No quesito da **DOCUMENTAÇÃO**:

O edital não informa o prazo do envio da documentação original. Podem nos informar?



**Pergunta 06 – No quesito EM RELAÇÃO AOS DOCUMENTOS ORIGINAIS:**

Considerados os relevantes fundamentos lançados antes, esse órgão permitirá, com base na validade reconhecida para a assinatura eletrônica em todos os âmbitos (inclusive no processo judicial eletrônico) e também nos dispositivos e na expressa previsão de racionalização de procedimentos administrativos da Lei 13.726/2018, que as licitantes interessadas nesse Pregão Eletrônico apresentem suas propostas técnicas, de preços e demais documentação, pela via eletrônica, desde que assinada digitalmente através da estrutura de chaves pública e privada, dispensando a apresentação desses mesmos documentos pelo meio físico (de papel)?

**Pergunta 07 - No quesito da Nota Fiscal?**

O atual processo lícita os componentes CPU, Monitor, Teclado e Mouse de forma conjunta (único item). Considerando que os citados componentes possuem diferentes classificações fiscais e diferentes tributações, obedecendo o determinado pelo Artigo 413 Inciso IV do regulamento de IPI Decreto 7.212/2010, entendemos que será permitido a emissão da nota fiscal destacando cada componente separadamente permitindo que seja aplicada a classificação fiscal e tributação de cada item separadamente, sendo a soma total dos itens correspondente ao valor do item licitado. Está correto nosso entendimento?

**Pergunta 08:** Solicitamos que seja disponibilizado o Edital em forma editável, assim, facilitando a licitante na preparação da proposta.

**FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO.**

Att,



**Franklin Mota**

ascom@daten.com.br

+55 71 3616.5513

RUA FREDERICO SIMÕES, 125  
ED. LIZ EMPRESARIAL - SALA 602  
CAMINHO DAS ÁRVORES  
CEP 41820-774 | SALVADOR/BA - BRASIL

 [daten.com.br](http://daten.com.br)  [loja.daten.com.br](http://loja.daten.com.br)